

A cidade-patrimônio de Oeiras-PI e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no século XXI

The city heritage Oeiras-PI and preservation of public policy of cultural heritage in the twenty-first century

Enviado em: 11/07/2016

Aceito em: 18/01/2017

PEREIRA, Danilo Celso¹

Resumo:

A primeira capital do Piauí, Oeiras, teve sua fundação no século XVIII ligada aos fluxos comerciais estabelecidos entre os estados do Maranhão e da Bahia, fluxos esses vinculados ao ciclo da pecuária colonial no nordeste, atividade econômica historicamente preterida pelas políticas federais de preservação como de relevância cultural. Neste sentido, o objetivo deste texto é discutir o processo de patrimonialização de Oeiras, destacando o novo contexto das políticas de preservação do século XXI em que está inserido, onde o processo de ocupação do território passa a ser um elemento de valoração associado aos valores artísticos e históricos, estes já consagrados na atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Políticas de preservação; Território; Oeiras; Iphan.

Abstract:

Oeiras, the first capital of the Brazilian state of Piauí, was founded in the 18th century. The city's creation was linked to the flow of trade established between the states of Maranhão and Bahia. This trade was linked to the ranching in the country's Northeast during the colonial period, an economic activity that has been historically neglected by federal cultural heritage conservation policies. The objective of this paper is to discuss the process of the declaration of Oeiras as cultural heritage at the federal level, highlighting the new context of preservation of 21st century policies. In this context the territorial occupation process becomes a valued element

¹Geógrafo e Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), atualmente é discente do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). E-mail: danilo.paraitinga@gmail.com.

together with with artistic and historical values which have already enshrined in the work of the IPHAN.

Keywords: cultural heritage; preservation policies; Territory; Oeiras; Iphan.

INTRODUÇÃO

Tem-se como objetivo neste texto discutir o importante papel que o Inventário de Conhecimento “Rede de Patrimônio do Piauí” desempenhou ao reconhecer a relevância do patrimônio cultural de um dos Estados até então menos representados no quadro geral de bens patrimonializados do Brasil.

Desta forma, primeiramente se discutirá o novo contexto de seleção das cidades-patrimônio iniciada em 2006, na gestão do arquiteto Luiz Fernando de Almeida no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), com destaque para a realização de inventários que buscaram proporcionar maior coerência entre o patrimônio cultural acautelado pelo instituto e o processo de ocupação do território brasileiro, com destaque para os estudos desenvolvidos no estado do Piauí.

Posteriormente, será abordado o caso do tombamento de Oeiras, quando se reconheceu mais que a materialidade urbana da cidade como patrimônio cultural, mas também a relevância do seu patrimônio intangível, preponderante para a delimitação da poligonal de acautelamento. Assim, mais que um conjunto urbano ou arquitetônico, Oeiras foi reconhecida como um “Lugar”, escala de análise na qual se pode apreender as relações de identidade estabelecidas entre os grupos sociais e o espaço. Por fim, ainda sobre o caso de Oeiras, destacar-se-á o seu importante papel ao dar luz a uma importante atividade econômica que historicamente foi preterida pelo Iphan, e que passou a ser valorizada de forma mais sistemática apenas no século XXI pelo seu importante papel na estruturação da rede de cidades no interior do Brasil, em particular no Nordeste, o ciclo da pecuária colonial e a civilização do couro.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADE-PATRIMÔNIO NO BRASIL

Primeiramente, é preciso considerar que se entende neste texto como cidades-patrimônio o que os órgãos de preservação, ao longo do tempo, denominaram de diferentes formas: núcleo urbano, conjunto urbano, centros históricos, cidades históricas, entre outras tantas. Contudo, neste trabalho ela corresponde ao recorte inicial de onde surgiu a cidade, a partir do qual depois se deu a expansão urbana, e

até mesmo a perda da sua condição de centralidade principal e única, quando da criação de um novo centro, como aconteceu, por exemplo, no Pelourinho, em Salvador-BA. No entanto, a centralidade em questão, que tem importância como o lugar de “origem da cidade”, é um dos fatores que lhe atribui valor como patrimônio. Sendo assim, a cidade-patrimônio doravante discutida é um recorte espacial da cidade e não a sua totalidade: aquele recorte que, originalmente, concentrou as instituições públicas, a praça central, a igreja matriz, o comércio. Assim, compreender essas cidades-patrimônio como momentos da produção histórica e social do espaço geográfico é compreender a própria sociedade.

Assim, como destaca Fonseca (2009), desde o século XVIII são encontradas referências a iniciativas visando à salvaguarda desses espaços como patrimônio cultural brasileiro, contudo, apenas em 1933 surgiu a primeira lei federal referente a essa temática, o Decreto nº 22.298, de julho de 1933, que elevou a cidade de Ouro Preto-MG à categoria de Monumento Nacional com a justificativa de este ser o lugar da formação da nacionalidade brasileira, além da presença de diversas obras de arte (BRASIL, 1933).

Contudo, foi o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, a primeira lei brasileira específica referente à preservação do patrimônio, quando se organizou a salvaguarda dos bens culturais através do tombamento.

Nesse contexto, Getúlio Vargas, apoiado pelos intelectuais modernistas, criou em 1937 o Iphan², órgão que passaria a replicar o modelo de preservação de patrimônio adotado em Ouro Preto, a cidade “obra de arte”, para as outras cidades do Brasil até os anos 1980. Tal modelo, porém, se enraizou tanto que até hoje faz parte do discurso da instituição.

Durante os primeiros 30 anos de atuação do instituto, os critérios de seleção, autenticidade e restauração dos bens reconhecidos eram sustentados basicamente na autoridade e no notório saber dos seus técnicos. O valor estético, que era atribuído conforme a visão dos arquitetos modernistas – que constituíam a maioria dos funcionários do Iphan – predominou sobre todos os outros no trabalho de construção do patrimônio histórico e artístico nacional. Assim, a avaliação do valor histórico ficava

² Durante os seus 80 anos de existência, o órgão federal de preservação possuiu várias designações, o que mostrava o seu lugar na estrutura política de governo. Foi criado como SPHAN (Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937, assumindo a sigla de DPHAN (Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1946, IPHAN em 1970, voltando a ser SPHAN em 1979, IBPC (Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural) em 1990 e, por fim, novamente IPHAN em 1995. Contudo, por preferência, o órgão de preservação do patrimônio cultural federal será referido sempre como Iphan.

em segundo plano, restrito à vinculação do bem aos fatos memoráveis da história do Brasil (FONSECA, 2009).

Logo, no que se refere à salvaguarda das cidades-patrimônio, o tratamento metodológico adotado na instrução dos processos de tombamento identificavam as representações desses espaços como monumentos, as cidades-monumentos. Como aponta Sant'Anna (1995, p. 137):

Essa identificação, além de remeter a uma preservação global do objeto urbano, implicou também a sua apreensão como obra de arte, objeto de época ou um todo fechado, cuja expansão ou modificação jamais poderia ocorrer em seu próprio âmbito, mas somente fora dele e bastante afastado. A expressão cidade-monumento, correntemente utilizada na época, indica esplendidamente essa aproximação que, além de fundamentar a abordagem mais propriamente urbanística do problema, também teve importantes reflexos nas regras que foram montadas nessa época para a aceitação de construções novas nessas áreas.

Na prática, a cidade concebida como monumento consistia na supervalorização do componente estético, é a cidade concebida enquanto obra de arte, resultando em um descaso aos seus componentes sociais e econômicos, o que repercutia nos usos e atividades desenvolvidas nesses espaços e nas possibilidades reais de conservação. Essa concepção de cidade-monumento “possibilitou a construção de um quadro conceitual e metodológico para o desenvolvimento de ações que até hoje marcam profundamente a instituição” (SANT'ANNA, 1995, p. 117).

A partir da década de 1970 a valoração das cidades-patrimônio começou a mudar. Como destaca Motta (2000), o Iphan reconheceu a necessidade de abranger um acervo mais numeroso de bens em vista do valor patrimonial para o desenvolvimento do turismo. A autora salienta também que se passou a perceber a cidade a partir de diferentes fases de desenvolvimento, fundamentando a perspectiva histórica e o seu desenvolvimento como objeto socialmente construído em permanente transformação e não limitada às suas qualidades artísticas, acabadas, prontas ou finitas, conforme desenvolvidas até então.

Contudo, foi a partir dos anos 1980 que se iniciou um verdadeiro processo de revisão crítica dos procedimentos de instrução dos tombamentos e dos critérios de seleção, quando passou a ser reivindicando uma maior transparência e legitimidade científica aos processos de valoração dos bens culturais. Desta forma, no que se refere aos tombamentos de cidades-patrimônio, a grande mudança na prática de seleção se deu quanto aos critérios estéticos que foram deixados de lado e passaram

a ser fundamentados pelos valores históricos dos bens. Assim, ocorreu uma mudança de conceito, a cidade-patrimônio passou a ser concebida como “documento histórico, um objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas, além da história da arte e da arquitetura, como era usual” (SANT’ANNA, 1995, p. 215), temos então, a cidade-documento.

Desta forma, estas não se constituíam mais como obras de arte, mas sim como documentos que informavam sobre os processos históricos de produção do espaço. Teve-se então, pela primeira vez, o tombamento de áreas consideradas sem valor artístico, mas que representavam situações sociais e econômicas que marcaram a evolução das cidades brasileiras.

Contudo, a partir dos anos 1990 o Iphan sucumbiu novamente à seleção de bens culturais pelo gosto dos arquitetos, aliás, tais práticas tenderam até a se acentuar com a exacerbação dos valores ditados pelo neoliberalismo, o capital e o lucro, inserindo não só as cidades-patrimônio, mas a maioria das cidades brasileiras, em um espaço de disputas do mercado global. Desta forma, se fortaleceu a apropriação do patrimônio como mercadoria, empregando critérios para sua transformação em produto, guiados por padrões de beleza ditados pelo mercado. Conforme Motta (2000, p. 17), no dia “15 de março de 1990, quando mudou o governo federal, iniciou-se a implantação da política de apropriação do patrimônio para o mercado de consumo”.

No século XXI, o Iphan passou a buscar novos caminhos para a preservação do patrimônio cultural, assumindo efetivamente a noção de “patrimônio cultural” em detrimento das noções de “patrimônio artístico” ou “patrimônio histórico” como norteadora de princípios, estratégias, programas e instrumentos institucionais, mesmo que essas noções anteriores não tenham sido totalmente superadas e ainda sejam percebidas nos discursos institucionais de valoração. Conforme Porta (2012), a nova política nacional de preservação do patrimônio passou a priorizar as seguintes diretrizes: participação social; reinserção dos bens culturais na dinâmica social; qualificação do contexto dos bens culturais; e promoção do desenvolvimento local.

No que se refere aos tombamentos de cidades-patrimônio entre 2001 e 2015, o período foi marcado pela busca em formar um conjunto de cidades que expressassem a formação do território brasileiro. Desta forma, conforme Pereira (2015), entendeu-se que ocorreu uma mudança de conceito: da cidade-monumento – relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira construiu – para a cidade-documento – objeto rico de informações sobre a vida e a organização social dos brasileiros nas

várias fases da sua história –, e por fim, para a cidade-território – um fragmento do espaço capaz de concatenar o processo de ocupação do território brasileiro com os principais processos econômicos, eventos históricos, produção artística e a formação geomorfológica natural do Brasil. Assim, pretendeu-se atribuir valor, coerência, complementaridade e coesão às cidades-patrimônio acauteladas– tanto entre os tombamentos realizados nesse período, como entre estes e os realizados anteriormente.

A REDE DE PATRIMÔNIO DO PIAUÍ

A ação institucional que marcou o início da adoção de novos procedimentos de seleção de cidades-patrimônio foi o estabelecimento da Rede de Patrimônio do Piauí. Para Vieira Filho (2011, p. 44), a pauta da 58ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan:

[...] concentrou-se no estado do Piauí e foi baseado no entendimento de estruturação da Rede de Patrimônio, proposta de proteção integrada para um conjunto de 10 bens distribuídos ao longo de todo o estado. O Conselho aprovou por unanimidade o tombamento de três bens, sendo apresentados outros cinco já em fase de notificação, além de três estudos técnicos em fase de finalização – todos no estado. Na sessão histórica, que contou com a participação do governador do estado, foi assinado o Termo de Cooperação entre o Iphan e o governo do Piauí, além de notificadas as ações de solicitação de dez sítios arqueológicos do estado, o registro da arte santeira e da cajuína. Esse rol de bens distinguidos pelo Ministério da Cultura e pelo Iphan passam, automaticamente, a incorporar-se e dar forma qualificada aos processos de desenvolvimento do Piauí e do nordeste brasileiro.

Aqui cabe ressaltar que a criação da Rede de Patrimônio do Piauí só foi possível após a criação da superintendência estadual em 2004. Até então, os poucos bens protegidos³ no Estado, tombados na década de 1940, estavam sob responsabilidade da Superintendência do Maranhão. É importante destacar também que, após essas ações nos anos iniciais do Iphan, não houveram mais iniciativas no sentido do reconhecimento e valorização do patrimônio piauiense, com exceção do tombamento do Parque Nacional da Serra da Capivara em 1993 em virtude da sua inscrição como Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

³ Monumento do Genipapo (Cemitério do Batalhão) em Campo Maior; Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, Ponte Grande e Sobrado Nepomuceno em Oeiras; Igreja de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca; e Igreja de São Benedito em Teresina.

Assim, a Rede de Patrimônio do Piauí foi oficialmente criada a partir do estabelecimento do termo de cooperação entre o Iphan e o Governo Estadual em 2008. Desde então foram desenvolvidos os seguintes estudos: “Caminhos do Gado no Brasil Colonial”; “Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário”; “Remanescentes da Coluna Prestes”; e “Cidades do Piauí: testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”. A presente Rede foi concebida pelo então diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Dalmo Vieira Filho, coordenada no âmbito deste departamento pela arquiteta Anna Eliza Finger e localmente pelas arquitetas Diva Maria Freire Figueiredo – então Superintendente do Iphan no Piauí – e Claudiana Cruz dos Anjos.

Esses inventários permitiram a identificação de sítios paleontológicos, sítios arqueológicos, caminhos de tropas, fazendas de gado, cidades históricas, comunidades quilombolas e antigas ocupações indígenas de relevância cultural. Contudo, mesmo reconhecendo a grande diversidade do patrimônio identificado pela Rede, devido ao tema deste ensaio, será dado destaque ao Inventário de Conhecimento “Cidades do Piauí: testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII”, que reconheceu como de interesse para a preservação as cidades de Teresina, Amarante, Campo Maior, Pedro II, Piracuruca, Oeiras e Parnaíba, sendo que as três últimas já tiveram seus tombamentos aprovados pelo Conselho Consultivo do Patrimônio do Iphan.

No entanto, é importante salientar ainda que, como destacou Ramires (2013), mesmo com o grande número e a diversidade de bens inventariados, a Superintendência não pretendia avançar nos bens protegidos pela inviabilidade da gestão, uma vez que a pequena equipe técnica local encontra-se no seu limite de trabalho (informação verbal)⁴.

Como destacou Iphan (2008), a estratégia de proteção federal foi implementada a partir da compreensão do território piauiense, da sua morfologia, da rede de cidades ali implantadas, além das influências culturais nelas presentes. Essa rede de cidades foi o resultado da forma com o qual o território piauiense foi ocupado a partir do ciclo do gado no nordeste, que, ao contrário dos outros Estados da região que aconteceram do litoral para o interior, no Piauí este deu do interior para o litoral, o que culminou com a determinação por parte da Metrópole da instalação de

⁴ Informações concedidas por Tiago Ramires, Coordenador Técnico da Superintendência do Piauí, em entrevista ao autor (Teresina, agosto de 2013).

sete novas vilas e povoados a partir de 1761, visando o controle e o domínio do território por parte da Coroa.

Desta forma, foi:

[...] estratégico que a proteção federal seja implementada compreendendo o território piauiense a partir de seu sítio natural, da rede de cidades ali implantadas e das influências culturais nelas presentes, considerando estes aspectos como interligados entre si, e que, apesar de pouco explorados, guardam uma vinculação lógica, de respaldo histórico e urbanístico (IPHAN, 2008, p. 5).

A partir desta abordagem, foi proposto o tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba em 2009, abrindo caminho para a incorporação de outras cidades do território piauiense, e mesmo do nordeste, no rol de cidades tombadas, além da valorização do modo de vida destas.

Desta forma, o tombamento de Parnaíba representou o arranque na implantação da Rede de Patrimônio no Piauí, que se relacionava com o processo de ocupação do interior do Brasil e contextualiza o seu acervo a um conjunto maior de bens, visando sua ampla compreensão.

Logo, é indiscutível o significativo avanço das políticas de preservação do patrimônio no Piauí após a criação da superintendência em 2004 e da implantação da política de compreensão do território por meio das Redes de Patrimônio em 2008. Este Estado, que até então figurava de modo pouco expressivo no mapa do patrimônio cultural brasileiro, hoje tem um lugar de destaque com três cidades-patrimônio reconhecidas, dezenas de bens individuais tombados e dois bens registrados⁵.

É importante enfatizar também que a metodologia adotada para o acautelamento de bens culturais no Piauí, além de uma estratégia para a identificação e proteção do patrimônio cultural, contribui para a ampliação do seu significado, na medida em que conecta outros bens. Para Finger (2009, p. 8):

Dessa forma, pequenas cidades têm sua importância e visibilidade nacionalmente ressaltadas, o que contribui para ampliar também o potencial de geração de emprego e renda ligados à produção tradicional (comercialização, divulgação, turismo), e o acesso a investimentos financeiros governamentais a partir da divulgação da importância desse patrimônio. Acreditamos ser esse o caminho para o estabelecimento de um

⁵ Tombamento da Ponte Metálica João Luís Ferreira, Floresta Fóssil do rio Poti, Igreja de Nossa Senhora de Lourdes e Conjunto da Estação Ferroviária em Teresina; Fazenda de Laticínios em Campinas do Piauí; Fazenda-Escola Rural em Floriano; Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba; Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca; Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras; Registro do Modo de Fazer da Cajuína e da Arte Santeira; e o levantamento de 1840 Sítios Arqueológicos.

ideal de qualidade de vida e desenvolvimento que leve em consideração não apenas o padrão de renda da população, mas que respeite a rica diversidade cultural existente no Brasil e se estabeleça de forma harmônica com o território, contribuindo também para o equilíbrio ambiental do país.

Assim, essas cidades reconhecidas pela sua relevância cultural tornaram-se polos de desenvolvimento social e econômico através da ampliação dos parâmetros culturais associadas às atividades locais, de ações de educação patrimonial e, conseqüentemente, das condições de vida das populações dessas localidades mais carentes. Como destacou a autora, cidades como Parnaíba, Oeiras e Piracuruca tornam-se cidades referências para suas imediações no que se refere à preservação e reapropriação de suas áreas identitárias, que são os espaços geográficos de suporte do seu patrimônio, base para os seus processos socioculturais, e a partir dessa reapropriação associada a um reconhecimento e visibilidade nacional, o fomento de atividades econômicas capazes de acarretar um processo de desenvolvimento social atrelado à preservação do patrimônio cultural.

OEIRAS NO PIAUÍ COMO CIDADE-PATRIMÔNIO

Nesta perspectiva, foi proposto e aprovado em 2012 o tombamento da cidade de Oeiras (Figura 1), a antiga capital do Piauí, e que ainda conserva um importante conjunto de casas e monumentos dos períodos colonial e imperial, quando foi o centro econômico, político, administrativo e religioso de uma extensa área do sertão nordestino, correspondendo à bacia oriental do rio Parnaíba. Iphan (2009) destaca que o estabelecimento da pecuária extensiva foi a estratégia adotada pelos portugueses para assegurar a continuidade territorial da sua ocupação na América portuguesa para além do Tordesilhas. O processo de tombamento de Oeiras teve como coordenador o arquiteto Murilo Cunha.

Figura 1 – Foto aérea do centro histórico de Oeiras-PI



Fonte: Iphan (2009, p. 76)

O primeiro reconhecimento do patrimônio oierense se deu com a visita do arquiteto Paulo Thedim Barreto ao estado do Piauí como representante do Iphan em 1938. Na ocasião, foi documentada a arquitetura rural e urbana tradicional piauiense, quando se propôs os primeiros tombamentos, dos quais três deles se localizavam em Oeiras: a Igreja de Nossa Senhora das Vitórias, o Sobrado Nepomuceno e a Ponte Grande sobre o riacho da Mocha.

Em 1989, a cidade de Oeiras foi declarada Monumento Nacional pela Lei nº 7.745/89. Mesmo sem caráter prático de salvaguarda por se constituir apenas como título honorífico, o mesmo repercutiu de maneira positiva no sentimento de pertença em relação ao patrimônio edificado na população do município e no poder público local, assim como nos demais piauienses, que passaram a considerar Oeiras como patrimônio nacional, mesmo sem o reconhecimento oficial por parte do Iphan.

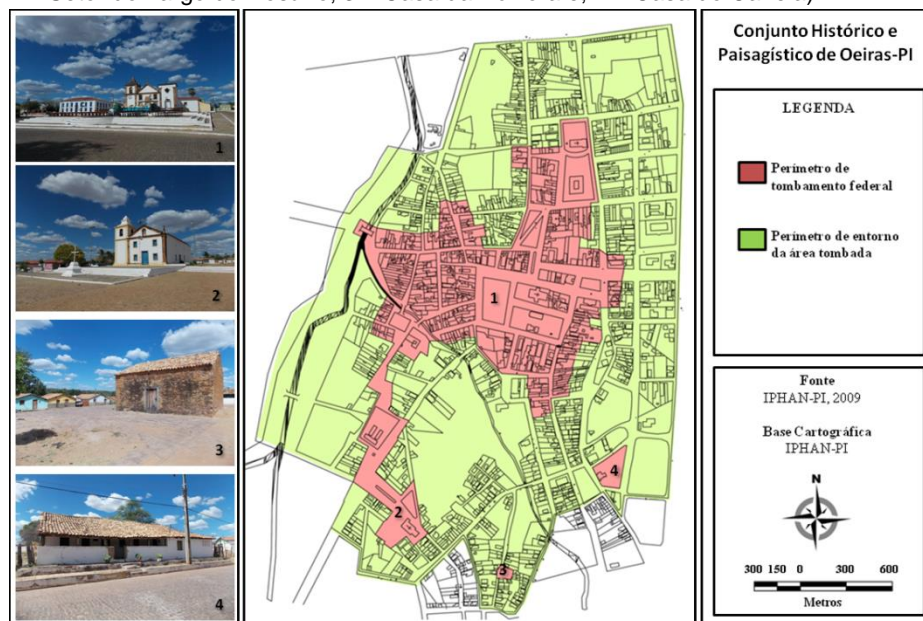
O Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras é composto por três poligonais de tombamento descontínuas (Figura 2). A poligonal de tombamento principal, onde está inserida a maior parte do conjunto arquitetônico e urbanístico, é composta por quatro setores: o Setor da Praça das Vitórias, onde se concentra a maioria dos bens de interesse, incluindo edifícios do século XVIII, como a Catedral de Nossa Senhora da Vitória, o Sobrado Nepomuceno, o Sobrado dos Ferraz e um acervo *art déco*

composto pelo Cine Teatro, Associação Comercial e Café Oeiras, que testemunham épocas mais recentes, mas que pelo porte e implantação se harmonizam com o conjunto precedente e contribuem para o enriquecimento do conjunto; o Setor da Praça do Mercado Municipal e Praça Mafrense, testemunhas da expansão urbana a partir do século XIX e onde se destacam o próprio edifício do Mercado, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e um conjunto de edifícios de feições ecléticas construído por volta do final do século XIX e início do século XX; o Setor dos riachos do Mocha e da Pouca Vergonha, onde estão inseridos a Ponte Grande (sobre o Riacho do Mocha), o Sobrado Major Selemérico e também um grande número de exemplares típicos da arquitetura piauiense, alguns construídos com técnicas só encontradas na região, como a utilização da carnaúba em estado bruto tanto na estrutura quanto na cobertura, a conformação interna adequada ao clima quente e seco e a presença de amplas varandas na parte dos fundos; e o Setor do Largo do Rosário, com a antiga igreja construída pelos padres jesuítas, atualmente utilizada pela Irmandade do Rosário, e um conjunto de arquitetura popular, que também adotam técnicas tipicamente locais (IPHAN, 2009).

Além dessa poligonal principal, o conjunto é formado ainda por mais duas poligonais separadas que circundam bens específicos, sendo elas a Casa do Canela, uma antiga propriedade rural de arquitetura tipicamente piauiense e totalmente preservada, atualmente incorporada à área urbana de Oeiras em virtude da expansão do núcleo original, e a Casa da Pólvora, o único edifício militar remanescente do período colonial no Piauí, construída para abrigar o paiol das forças militares da Capitania, quando da instalação da capital na então Vila do Mocha (IPHAN, 2009).

As três áreas de tombamento estão inseridas em uma mesma poligonal de entorno, delimitada com o intuito de preservar a ambiência e funcionar como zona de “amortecimento” entre essa área e o restante da cidade.

Figura 2 – Mapa do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras-PI (1 – Setor da Praça das Vitórias; 2 – Setor do Largo do Rosário; 3 – Casa da Pólvora e; 4 – Casa do Canela)



Fonte: Elaborado pelo autor; fotos do autor

No que se refere aos valores atribuídos a esta cidade-patrimônio, Iphan (2009) destaca que Oeiras é um híbrido entre o planejamento e o espontâneo, ou seja, onde se evidenciam os limites da regulação do Estado no interior da região nordeste ao longo do século XVIII, quando a Praça das Vitórias se afirmou como representante das conquistas do urbanismo português. Contudo, tal regulação se perde ao percorrer as ruas que levam a colina onde se localiza o Largo do Rosário, onde becos e travessas submeteram o planejamento português às condições geográficas locais, resultando em enquadramentos irregulares e ruas que se abrem em largos. Assim, as condições geográficas do local se sobrepuseram às normativas do urbanismo português e acabaram por moldar o espaço. O relevo, os caminhos de acesso aos olhos d'água e as ligações com as estradas foram, muitas vezes, mais decisivos na produção deste espaço urbano que os imperativos do planejamento português. Em outras palavras, o uso do espaço geográfico pela população foi mais preponderante na configuração dessa cidade do que as normas urbanísticas da metrópole.

OEIRAS COMO UM LUGAR DE CELEBRAÇÕES

No que se refere à principal contribuição do caso de Oeiras para a compreensão das políticas de salvaguarda das cidades-patrimônio no século XXI,

teve-se o reconhecimento desta enquanto “Lugar” com o qual a população estabelece relações de identidade, lugar de manifestações do patrimônio imaterial. Para o Iphan (2009, p. 119):

É neste sítio urbano de enorme importância histórica e paisagística que se mantém vivas antigas e riquíssimas tradições e manifestações da cultura brasileira, fundindo sagrado e profano, erudito e popular: a Missa dos Vaqueiros, que entram em comitiva na cidade, reverenciando Nossa Senhora das Vitórias, pedindo benção e proteção; as procissões e festas católicas enchem as ruas de fiéis anualmente, seja na Semana Santa, na Festa do Divino ou da Conceição, onde os ritos apostólicos romanos se amalgamam com nuances populares, renovando promessas e esperanças dos fiéis; no Largo do Rosário, bairro dos pretos, se presencia a dança do congo, em homenagem a N^a S^a do Rosário e a São Benedito; o Bem e o Mal estão representados no sítio arqueológico do Pé de Deus e do Pé do Cão, que a credence popular reafirma e reproduz a tradição.

Ao reconhecer essas celebrações e formas de expressão de Oeiras também como um importante elemento para a definição da poligonal de proteção, aproximou-se de uma das categorias que o Decreto nº 3.551/00, que regulamenta a preservação do patrimônio imaterial, define em seu Artigo 1º como de relevância cultural os “Lugares onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas” (BRASIL, 2000).

Sendo assim, mostra-se pertinente uma breve reflexão acerca do conceito de Lugar. Para Carlos (1996, p. 29):

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida.

Isto se dá, ainda segundo a autora, porque o lugar guarda em si, e não fora dele, o seu significado e as dimensões da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendida pela memória através dos sentidos. A realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis sem com isso eliminar-se as particularidades do lugar, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida, formas de apropriação, expressando sua função social, projetos e desejos.

Destarte, ao analisar as celebrações ocorridas na cidade de Oeiras na escala do lugar, dimensão em que se constitui o vivido, possível de ser apreciado pela

memória, tem-se nessa relação entre lugar e memória o que Scifoni (2013, p. 102) define como lugares de memória:

[...] lugares de memória como aqueles nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas e, portanto, aqueles capazes de reter, guardar e expressar essas lembranças coletivas. Os lugares de memória situam-se, assim, não no plano da construção de uma identidade de nacional, mas na dimensão do imediato na qual se produz o humano.

Assim, entende-se os lugares de celebrações em Oeiras como sendo aqueles capazes de guardar e expressar lembranças coletivas, as experiências sociais e cotidianas acumuladas durante o tempo. Esses lugares se constituem, portanto, como sustentáculos de identidade cultural local, como bem cultural.

Lugares são, portanto, os espaços geográficos que conferem sentido, que possuem um valor simbólico agregado por fatores ligados à história da sociedade, à sua origem, à sua formação, entre tantos outros sentidos que lhes são anexos. É o território ou a região, a cidade ou a casa onde se nasceu, cresceu, se amou, enfim, onde se vivenciaram experiências marcantes, cultivadas na memória. Por isso, os lugares são como que extensões da alma, são carregados de sentidos de pertença.

Já as celebrações e as formas de expressão são rituais de devoção popular que marcam o cotidiano da comunidade oierense, definindo, aprofundando e fortalecendo os vínculos dos indivíduos enquanto grupos sociais e com seus ancestrais. Histórias presentes em ruas, praças, igrejas e casas onde os fiéis realizam seus rituais, festas e celebrações tradicionais.

Na cidade estão presentes manifestações culturais como os Congos, a Procissão dos Ramos, a Procissão dos Enfermos, a Procissão do Fogaréu, a Procissão do Bom Jesus dos Passos, a Procissão do Senhor Morto, a Procissão de Jesus Ressuscitado, a Festa do Divino e as Festas da Conceição e das Vitórias. Para Pinheiro e Moura (2009, p. 15), estas são “manifestações culturais profundas ligadas ao processo de construção de identidade de parcela significativa da população piauiense, que se inscreve em um tipo de catolicismo popular típico e ainda significativo não só no solo piauiense, mas no nordeste brasileiro”.

A premência do catolicismo na formação cultural desse povo se deve ao fato de que, no Piauí, a atuação da Igreja Católica precedeu a fundação de vilas e cidades, pois, antes da instalação da Capitania de São José do Piauí, os missionários já pregavam aos índios, percorrendo os sertões e fixando fazendas onde eram

desenvolvidas atividades ligadas à pecuária e, posteriormente, formando freguesias. A administração colonial baseada na fundação de vilas se estabeleceu sobre essas povoações formadas pelos jesuítas, em diferentes e distantes lugares do território. Assim, onde havia uma freguesia católica, passou a existir uma vila e, futuramente, uma cidade.

Assim:

Essa marca da presença católica é responsável pelo substrato cultural profundamente religioso que permanecerá, com modificações e interferências, na formação cultural do Piauí, nas formas de religiosidade popular, nas práticas devocionais, como na reza do terço, nas novenas, nas procissões, nos festejos e nas celebrações aos padroeiros em cidades do interior. (PINHEIRO; MOURA, 2009, p. 18)

As manifestações populares através do culto às imagens, das procissões e das promessas são elementos marcantes da religiosidade e espiritualidade dessa sociedade desde a colonização. Romarias à Santa Cruz dos Milagres e Oeiras no Piauí, ou a Canindé e Juazeiro no Ceará, fazem parte no calendário devocional e turístico de grande parte dos piauienses, sobretudo do meio rural, deixando marcas profundas nas práticas religiosas e nas cidades (PINHEIRO; MOURA, 2009).

Contudo, dentre essas celebrações, duas desempenham importante papel na configuração espacial de Oeiras: o Congo e a Procissão dos Passos do Bom Jesus. O primeiro se constitui como uma forma de expressão que, segundo Cascudo (2004), possui formação afro-brasileira e está presente em todas as regiões brasileiras. Trata-se de um auto de narrativa alegórica, que funde temas africanos e ibéricos, como o tributo a reis tribais negros, a luta entre cristãos e mouros e o culto a Nossa Senhora do Rosário e a São Benedito, encenados com músicas e coreografias. Tal como o maracatu, é originário das festas de caráter profano-religiosas de coroação de Reis do Congo e rainhas de Angola, cujos primeiros registros no Brasil foram feitos no final do século XVII. Durante a escravidão, as autoridades presenciavam o cortejo dos “soberanos” e seus “súditos” como estratégia de aquietação dos cativos, que se rejubilavam com o prestígio que os seus senhores falsamente emprestavam à sua celebração.

Em Oeiras o Congo está intimamente associado à história, à vivência e ao anseio da comunidade negra local, cujos ancestrais se instalaram no entorno do Largo do Rosário, próximo ao templo consagrado à santa de sua devoção e afastado do núcleo central habitado pela população branca, estruturando um arranjo socioespacial

baseado na segregação de classes, arranjo este que ainda pode ser observado. Assim, o bairro do Rosário se constitui hoje no lugar do culto popular dos santos de devoção negra, o adro da Igreja do Rosário é o Lugar natural das experiências místicas e catárticas vividas pelos congueiros, separado do restante do sítio pelo riacho da Pouca Vergonha e sua área de várzea, e ligado a este por estreitas pontes e vielas.

Já a Procissão do Bom Jesus dos Passos acontece sempre na sexta-feira anterior à Semana Santa e está presente em Oeiras desde o início do século XVIII. Conforme Iphan (2009, p. 105):

A Procissão dos Passos é a abertura das solenidades da Semana Santa. Representa o *clímax* da religiosidade oeirense, arrebatando fiéis de toda a cidade e peregrinos de municípios da região para pedir graças, pagar promessas, remir os pecados ou tão somente louvar a Deus, na reconstituição dos episódios que marcaram a Paixão de Cristo.

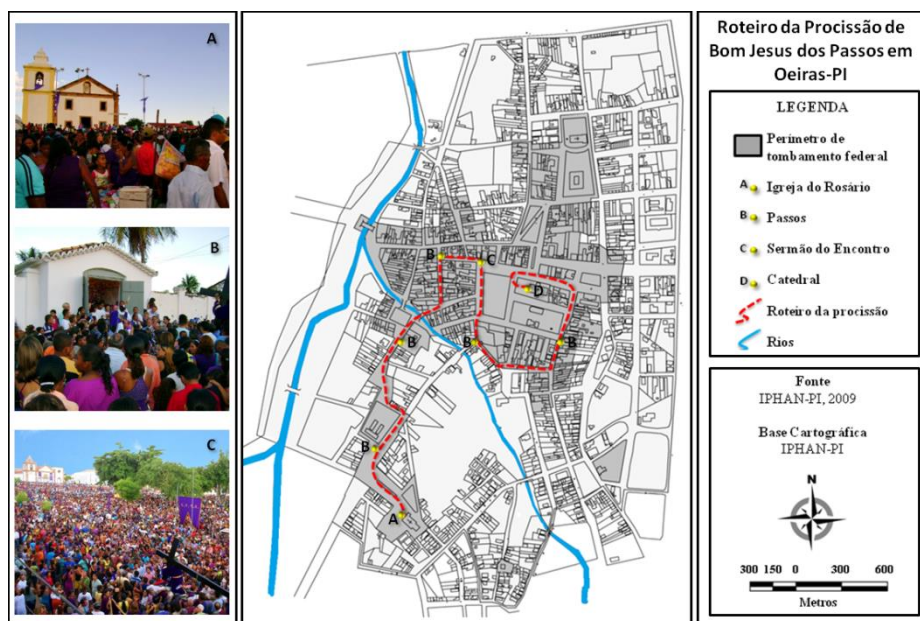
Pinheiro e Moura (2009, p. 41) ressaltam que a Procissão do Bom Jesus dos Passos:

É uma das mais significativas manifestações de fé do Estado do Piauí, dela participam milhares de devotos, que, em uma via-sacra em estilo português representam de forma dramática os passos de Jesus Cristo, desde a sua prisão pelos soldados romanos até o momento da sua crucificação.

A Celebração se inicia com a imagem do Bom Jesus sendo levada em procissão por milhares de devotos num percurso que tem seu prelúdio na quinta-feira, é a Procissão da Fugida que simula o retiro de Jesus para o Monte das Oliveiras nas horas de agonia e aflição diante do seu anunciado sacrifício. Aproximadamente às 20 horas, a multidão em silêncio parte da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias rumo à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde a imagem permanece por toda a noite e no dia seguinte para visitaçã o e oração dos fiéis.

Às 16 horas da sexta-feira, a Sexta dos Passos, se inicia a procissão no Largo do Rosário (Figura 3). Novamente acompanhada por milhares de fiéis, no adro da igreja são rezadas as duas primeiras estações da via-sacra, assim como em cada um dos cinco Passos e no adro da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias, e, por fim, a procissão adentra o templo para a celebração da missa.

Figura 3 – Mapa do Roteiro da Procissão de Bom Jesus dos Passos em Oeiras-PI



Fonte: Elaborado pelo autor

Não obstante:

O ritual mantém vivas as crenças e os valores emblemáticos da religião católica e da religiosidade do Nordeste, do Piauí e de Oeiras em particular. Ao percorrermos as ruas, as casas e lugares de memória da cidade, capturamos crenças, rituais, religiosidade e espiritualidade mutante, marcadas por permanências e rupturas (PINHEIRO; MOURA, 2009, p. 47).

Portanto, a Procissão do Bom Jesus dos Passos tornou-se um grande momento de manifestação da cultura popular da cidade, quando a comunidade e os romeiros mostram suas tradições e atos de fé, divulgando-os. Oeiras se fez Lugar de convergência e de irradiação, portanto, o Lugar da preservação da identidade e de resistência culturais de um povo.

Assim, ao reconhecer o Congo de Oeiras e a Procissão do Bom Jesus dos Passos como manifestação cultural popular que tem a cidade como seu suporte material, esta se constitui mais que um legado do passado, mas também como espaço geográfico que possui um valor simbólico agregado pelas comunidades no presente. É a cidade, a rua, a praça, a igreja ou a casa em que se nasceu, cresceu, se amou, enfim, onde se vivenciaram experiências marcantes, cultivadas na memória. Por isso esses lugares são como extensões da alma, estão carregados de sentidos de pertença.

A CIVILIZAÇÃO DO COURO E O CICLO DA PECUÁRIA COLONIAL DO NORDESTE COMO VALOR PATRIMONIAL

Já no que se refere à representação dos processos econômicos reconhecidos como de relevância patrimonial, Oeiras trouxe como principal contribuição para o quadro das cidades-patrimônio a afirmação da importância da civilização do couro e do ciclo da pecuária para a formação de redes de cidades no interior do país, em especial no Nordeste. Para Iphan (2009, p. 118):

A inscrição do Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras como patrimônio cultural da nação significa, com certo atraso, a afirmação da civilização do couro e o ciclo da pecuária colonial do Nordeste, que passou os séculos XVII, XVIII e XIX como estruturadores do processo de formação social, política, econômica e territorial do Brasil, no mesmo grau de importância dos ciclos econômicos que a historiografia tradicional consagrou e que tiveram seus testemunhos materiais reconhecidos e protegidos pelo Estado brasileiro. Urge uma revisão no ensino da História do Brasil, que modifique a hodierna atribuição da pecuária como uma atividade periférica, mas impute sua decisiva importância no surgimento do mercado interno nacional, na ligação entre as capitâneas entre si e na provisão alimentar às áreas das monoculturas e da mineração, papel fundamental no equilíbrio da Colônia.

Nesse sentido, é importante ressaltar que Oeiras, mesmo desempenhando um importante papel político por ter se constituído enquanto a primeira capital do Piauí, teve como principal função a de entreposto comercial por estar localizada no meio do caminho que ligava a Bahia e o Maranhão. Foi a sua localização e as condições geográficas que favoreciam a atividade mercantil que definiram a fundação da freguesia, sua elevação à vila e a cidade, e até mesmo a sua escolha como capital.

O Nordeste brasileiro foi a primeira região a ser explorada economicamente e onde se estabeleceram alguns dos primeiros núcleos populacionais na colônia, com a implantação de engenhos de produção de açúcar na faixa de terra que se estende hoje entre os atuais estados da Paraíba e da Bahia, cujos testemunhos culturais foram fartamente identificados pelas políticas públicas de preservação do patrimônio.

Contudo, o litoral setentrional, que vai do Rio Grande do Norte até o delta do rio Parnaíba, não despertou interesse de exploração econômica por parte da metrópole por não possuir condições climáticas para o cultivo de cana-de-açúcar e pela dificuldade de navegação entre o Maranhão e Pernambuco. Como destaca Abreu (1963, p. 286):

Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito mais pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas [...]. Com esta contrariedade contínua das águas e dos ventos [...], fica toda a costa deste Estado quase inavegável para barlavento, de sorte que do Pará para o Maranhão de nem um modo se pode navegar por fora e do Maranhão para o Ceará com grandíssima dificuldade, e só em certos meses do ano que são os de maior inverno.

Desta forma, o território do atual estado do Piauí permaneceu praticamente desconhecido até meados do século XVII, quando começou a ser ocupado de forma espontânea e não oficial por vaqueiros que começaram a explorar essas terras com a atividade da pecuária extensiva.

No início do século XVIII a ocupação deste território era ainda rarefeita, os grandes domínios sertanejos se assemelhavam a desertos pontilhados por pequenas concentrações populacionais humanas e de gado. Foi só com o estabelecimento das Fazendas Jesuítas ⁶ que essas terras passaram a ser consideradas pelos colonizadores um espaço de ligação confiável para o tráfego de pessoas e animais entre o sul e o norte da colônia. Logo, nesta região que não apresentava riquezas minerais e, tampouco, condições à época para o desenvolvimento de monoculturas voltadas à exportação, restou à pecuária, como atividade econômica, a função de garantir a integração e a ocupação do território entre as áreas agroexportadoras do Nordeste. De acordo com Prado Junior (2002, p. 66) “as fazendas do Piauí tornar-se-ão logo as mais importantes de todo o nordeste, e a maior parte do gado consumido na Bahia, proveem delas, embora tivesse que percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminhos”.

Ainda no início do século XVIII a Companhia de Jesus passou a explorar 39 fazendas com o objetivo de impulsionar fortemente a implantação de ordens religiosas neste território, integrando pastoreio e missionarismo em uma ação que transformou ideologicamente os moradores da região, transformação essa presente até os dias de hoje como já foi descrito.

Para Iphan (2008, p. 32), a pecuária no sertão nordestino:

[...] cumpriu um duplo papel: não apenas serviu de complemento da economia do açúcar, mas foi fundamental também no processo de penetração, conquista e povoamento do interior do Brasil, principalmente desse sertão nordestino, ao abrir novos caminhos e rotas comerciais. E de modo a trazer, do interior para o litoral, o rebanho necessário para o trabalho

⁶ Atuais Fazendas Nacionais.

nos engenhos de açúcar, diversos rios passaram a ser utilizados como canais de integração entre a faixa marítima da Bahia e de Pernambuco, onde se concentrava a maioria da população da colônia, e as novas terras ocupadas. Assim, foram se estabelecendo rotas diversas, que puderam ser usadas tanto no escoamento de produção agrícola para o interior quanto no deslocamento de tropeiros, comerciantes e colonos, incrementando o povoamento dos sertões.

Contudo, é importante ressaltar que a maior parte dos lucros da atividade pecuária no Sertão eram apropriados por agentes ligados à agroexportação no litoral, portanto, fora da Capitania do Piauí, gerando a maior parte dos dividendos nos pontos de troca e de beneficiamento, como as feiras e curtumes, em torno dos quais surgiram prósperos núcleos citadinos, perdurando no Piauí uma forte base agrária, sem diversificação produtiva, impondo aos povoados uma organização modesto, apenas no esquema praça-igreja (IPHAN, 2008).

À época, a capitania contava com oito freguesias desenvolvidas a partir das fazendas administradas pelos jesuítas: Mocha (atual Oeiras); Parnaíba; Jerumenha; Santo Antônio do Campo Maior (atual Campo Maior); Marvão (atual Castelo do Piauí); Valença (atual Valença do Piauí); Piracuruca e Parnaguá. A mesma lei que criou a capitania em 1717 elevou estas freguesias à categoria de vilas, tendo a primeira como capital.

Para Iphan (2008, p. 43):

Pela localização geográfica destes povoados, pode-se observar o cuidado em tentar garantir a posse e a ocupação do território, protegendo-o das invasões estrangeiras, solucionando conflitos com os grupos indígenas ali existentes e exercendo um controle mais efetivo sobre os fazendeiros que se estabeleceram naquela região.

Desta forma, a rede de caminhos criados com a expansão da pecuária e a fundação de vilas para garantir a circulação da economia possibilitou a estruturação do território piauiense, que, conforme Iphan (2009), somada à aridez e ao isolamento do meio, reforçado pela religião, teceu o caráter do sertanejo. Abreu (1963) forjou a expressão “civilização do couro” para designar a sociedade que se desenvolveu nos sertões nordestinos ligados à pecuária. Do couro se fazia quase tudo, desde vestimentas, portas, tamboretas, surrões, selas e o que mais se precisasse.

Assim, o reconhecimento de Oeiras como patrimônio cultural nacional a partir da perspectiva da ocupação do território brasileiro, por ter se constituído como um importante entroncamento de caminhos que interligava as Capitanias da Bahia e do Maranhão, além do povoado do Porto das Barcas (Parnaíba) que desenvolvia grande

comércio marítimo de charque e couro com Recife, Salvador, Belém e Rio de Janeiro, a partir de uma atividade econômica ainda pouco representada no quadro geral de cidades tombadas, se constituiu em uma grande novidade das políticas federais de preservação que passou a ser abordada apenas recentemente pelo Iphan.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, entende-se o reconhecimento do uso/apropriação da cidade de Oeiras na delimitação da poligonal de tombamento, a apropriação dos espaços da cidade pelos sujeitos, enquanto Lugar da reprodução social, onde ocorrem celebrações e formas de expressão características do povo do sertão, associado a uma atividade econômica até então marginalizada como de fundamental importância para o processo de ocupação do território do interior do Brasil, a pecuária extensiva no sertão nordestino, como as principais contribuições deste caso de patrimonialização às políticas federais de preservação.

Discutiu-se neste texto também como a noção de cidade-patrimônio veio se renovando desde 1937, com destaque para as ações empreendidas a partir do século XXI, quando se passou a selecionar fragmentos do espaço urbano capazes de explicar o processo de ocupação do território brasileiro a partir dos principais ciclos econômicos, eventos históricos, produção artística e as formações geomorfológicas do país como patrimônio cultural, superando a visão da cidade concebida até então como monumento ou como documento.

Não obstante, mesmo tendo em vista que o século XXI é marcado por um grande aumento do número de tombamentos de cidades, ainda é possível afirmar que no Brasil se tombou pouco. Em um grande número de cidades brasileiras ouvem-se lamentos sobre o muito que se perdeu dos referenciais materiais de identidade cultural nas últimas décadas, sejam estes arquitetônicos, naturais ou de suportes físicos das relações sociais cotidianas.

Desta forma, a preservação das cidades-patrimônio ainda coloca desafios, é preciso manter um debate que vá além do equacionamento das questões estéticas e históricas e que abarquem as questões culturais em sua total amplitude, partindo de novas premissas. É necessário continuar destacando a relação com o território e aumentar o caráter estratégico da preservação das cidades-patrimônio como fator de desenvolvimento social e econômico no século XXI.

Referências

- ABREU, J. C. **Capítulos de História Colonial & Os Caminhos Antigos e o Povoamento no Brasil**. Brasília: UNB, 1963.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 22.928 de 12 de junho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, jun. 1933.
- _____. Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, nov. 1937.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil (1946). **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, DF, set. 1946.
- _____. Decreto-Lei nº 7.745 de 30 de março de 1989. Eleva a cidade de Oeiras, no Estado do Piauí, à condição de Monumento Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, mar. 1989.
- _____. Decreto-Lei nº 3.551 de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa de Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, ago. 2000.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2004.
- FINGER, A. E. Redes de Proteção ao Patrimônio. In: I Fórum Nacional De Patrimônio Cultural, 2009, Ouro Preto. **Anais do I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro: Minc/Iphan, 2009. p. 1 - 8.
- FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/Iphan, 2009.
- IPHAN. **A ocupação do Piauí durante os séculos XVIII e XIX**. Teresina: Iphan/MinC, 2008.
- _____. **Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras: Dossiê de Tombamento**. Teresina: Iphan/MinC, 2009.
- MOTTA, L. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural – 1975 a 1990**. 2000. 173f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, D. C. **Cidades-patrimônio: uma geografia das políticas públicas de preservação no Brasil**. 2015. 188f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PINHEIRO, A; MOURA, C. **Celebrações**. Teresina: Educar, 2009.

PORTA, P. **Políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados (2000/2010)**. Brasília: Iphan/Monumenta, 2012.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SANT'ANNA, M. **Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. 1995. 283f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SCIFONI, S. Lugares de memória operária na metrópole paulista. **GEOUSP – espaço e tempo**, São Paulo, n. 33, p. 99-110, 2013.

VIEIRA FILHO, D. **Ideias e anotações sobre o patrimônio cultural brasileiro: uma nova abordagem para a construção de redes de patrimônio cultural e para a gestão das cidades históricas brasileiras**. Brasília: Iphan, 2009.

_____. **Textos de Trabalho**. Brasília: Iphan, 2011.